



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0186091-1/01
RECORRENTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
RECORRIDO: FRANCISCO FÉLIX FILHO
RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. REEXAME NECESSÁRIO. INEXIGIBILIDADE DE PARTE DO TÍTULO. CONSIDERÁVEL EXCESSO DE EXECUÇÃO. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. DA DESPROPORCIONALIDADE DA MULTA FIXADA. IMPOSSIBILIDADE DE FRACIONAMENTO DE PRECATÓRIO. ARGUMENTOS REPETITIVOS. MATÉRIAS JÁ ANALISADAS NO JULGAMENTO DO REEXAME. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

- 1- Insiste o recorrente basicamente nos mesmos argumentos contidos no recurso em apenso, *in casu*, aduz que parte do título executivo é inexigível, portanto haveria excesso de execução; reclama outrossim da desproporcionalidade da multa fixada; além de tratar da impossibilidade de fracionamento de precatório.
- 2- Verifica-se que todos esses questionamentos foram rebatidos na decisão terminativa.
- 3- Dessa forma, os apontamentos trazidos no presente recurso são irrelevantes e não têm o condão de modificar a decisão fustigada, não se afigurando como fatos novos, mas, visualizados como rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avallados.
- 4- Recurso conhecido e improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de agravo nº 0186091-1/01, figurando como recorrente o ESTADO DE PERNAMBUCO e como recorrido o FRANCISCO FÉLIX FILHO; Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2014


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator / Presidente -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0186091-1/01
RECORRENTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
RECORRIDO: FRANCISCO FÉLIX FILHO
RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

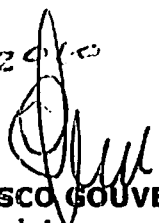
RELATÓRIO

O Estado de Pernambuco, devidamente qualificado, ingressou com o presente recurso de agravo de decisão terminativa monocrática prolatada nos autos do reexame necessário/apelo em apenso que negou seguimento ao recurso, tendo em conta que a decisão fustigada estava em consonância com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores (fls. 02/13).

Aduz basicamente os mesmos argumentos contidos nas razões recursais de fls. 276/290 dos autos em anexo

É o relatório.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0186091-1/01
RECORRENTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
RECORRIDO: FRANCISCO FÉLIX FILHO
RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Trata-se de recurso de agravo de decisão terminativa que negou seguimento ao recurso, tendo em conta que a decisão fustigada estava em consonância com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores.

Insiste o recorrente basicamente nos mesmos argumentos contidos no recurso em apenso, *in casu*, aduz que parte do título executivo é inexigível, portanto haveria excesso de execução; reclama outrossim da desproporcionalidade da multa fixada; além de tratar da impossibilidade de fracionamento de precatório.

Verifica-se que todos esses questionamentos foram rebatidos na decisão terminativa, nos seguintes termos:

Quanto às astreintes, observo que o apelante, de fato, não cumpriu a integralidade da sentença, assim, embora tenha majorado os proventos do apelado, não efetivou a correção da portaria que o transferiu para a reserva. Dessa forma, cabível é a aplicação da penalidade pecuniária em comento, sendo desnecessária a prolação de novo despacho para a efetivação da medida.

No que pertine ao valor arbitrado, constato que o recorrente, na exordial dos embargos, tratou do excesso da execução, esclarecendo que a retificação determinada não se deu devido a entraves de ordem tão-somente burocrática. Porém, em momento algum, questionou o valor fixado ou tratou da desproporcionalidade da multa aplicada.

Seguindo essa linha de raciocínio, verifico que o recorrente, apenas na apelação, criou novo tópico mostrando sua insatisfação com a fixação do valor da multa pecuniária, reputando-o desproporcional.

É ressabido que não se afigura possível inovar nesta fase processual, de modo que, na apelação, cabe ao recorrente questionar os termos da sentença prolatada nos limites da peça exordial.

Finalmente, o recorrente se insurgiu contra a determinação da expedição de ofício ao Tribunal de Justiça para o pagamento do valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

De igual modo, entendo que não lhe assiste razão.

Na verdade, o recorrente teve como incontroverso o montante acima mencionado, eis que se pronunciou da seguinte forma, na inicial dos embargos:

"Há flagrante EXCESSO DO VALOR EXECUTIVO, pois, ao invés do mencionado montante de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), o embargado menciona a estapafúrdia quantia de R\$ 156.500,00.

HOUVE EXCESSO DE EXECUÇÃO no montante de R\$ 152.500,00 (cento e cinquenta e dois mil e quinhentos reais)." (fl. 09)

Destarte, como o valor em alusão foi expressamente excluído do importe apontado como excessivo, é possível seu pagamento imediato.

Com efeito, o Egrégio STF admite a possibilidade de operar-se o cumprimento imediato referente ao montante incontroverso.

Dessa forma, os apontamentos trazidos no presente recurso são irrelevantes e não têm o condão de modificar a decisão fustigada, não se afigurando como fatos novos, mas, visualizados como rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados.

Cumpre ressaltar que esta Câmara assim já decidiu em casos onde os recursos apenas trazem repetição de argumentos, não mencionando nada de novo para o deslinde da matéria:

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO. PERDA DE OBJETO DA AÇÃO. MATÉRIA JÁ PACIFICADA NESTE TRIBUNAL E NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. CONDENAÇÃO EM VERBAS SUCUMBENCIAIS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. CABIMENTO. MERA REPETIÇÃO DOS ARGUMENTOS LANÇADOS NA PEÇA APELATÓRIA. AGRAVO LEGAL IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

Omissis.

4. A mera irresignação dos recorrentes, demonstrada na simples repetição dos termos já constantes em sua peça de apelo, cujos argumentos já foram devidamente repelidos naquele 'decisum' ora hostilizado - onde se fez referência, inclusive, de que tais argumentos já seriam a repetição daqueles trazidos em sua peça atrial -, sem qualquer referência a fato novo ou circunstância



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

relevante, não tem o condão de modificar aquele julgado, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a matéria em exame;

5. Recurso de agravo que se nega provimento à unanimidade de votos.

(Recurso de Agravo nº: 161857-3/01; Rel. Luiz Carlos Figueiredo; Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível; Data de Julgamento: 9/7/2008; Publicação 132).

Assim, à luz do entendimento jurisprudencial acima esposado, não merecem ser acolhidos os argumentos do recorrente.

Posto isso, **VOTO** pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso de agravo, mantendo incólume a decisão terminativa prolatada nos autos do reexame necessário nº 0186091-1.

Recife, 26/01/2010


Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -